

Chiarelli e Cardoso criticam *P.A 37* *Dinda. 4/1* 'reviravolta' na negociação

Da Sucursal de Brasília

Os senadores Carlos Chiarelli (PFL-RS) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), respectivamente, presidente e relator da Comissão da Dívida Externa do Senado e líder de seus partidos, divulgaram ontem nota em nome da comissão declarando-se "surpresos" com a "reviravolta na negociação" da dívida externa com os bancos credores ocorrida segunda-feira em Nova York. O deputado Delfim Netto (PDS-SP), que como ministro do Planejamento entre 1979 e 1985 negociou a dívida brasileira, considerou o pagamento antecipado de parte dos juros devidos pelo Brasil em janeiro como "uma medida inteligente, capaz de desanuviar as negociações".

A nota dos senadores afirma que a decisão tomada pelo governo brasileiro, de depositar US\$ 350 milhões "sem aparente contrapartida" dos banqueiros, "contrasta com a linha que nos fora apresentada até aqui". Eles lembram que na proposta apresentada pelo governo brasileiro em 25 de setembro "havia inovações que procuravam modificar a forma clássica de negociação com os bancos". "Ao lado da parte não convencional da proposta onde se previa a securitização de parte da dívida, o governo se dispunha a introduzir diversos pontos novos entre os quais spreads (taxas de risco) substancialmente reduzidos, salvaguardas, financiamentos de 60% dos juros etc".

"Com a decisão de ontem o Brasil altera essa estratégia. Cede e, antes de discutir o acordo de médio prazo,

suspende a moratória", afirma a nota. Os senadores também criticam a preparação iminente de um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI), "contrariando assim, surpreendentemente outra nota oficial do Ministério da Fazenda de meados de novembro".

A nota diz também que com o pagamento dos US\$ 350 milhões "suspendeu-se a moratória sem nenhuma vantagem que se esperava dela obter pela negociação que ela induziria" e comunica que na próxima semana a comissão vai se reunir para examinar um relatório preliminar que está sendo elaborado pelo relator, senador Fernando Henrique Cardoso, onde serão avaliados os rumos das negociações.

O deputado Delfim Netto disse que o pagamento dos juros "era uma medida que deveria ter sido tomada a mais tempo". Ele acredita que com isso poderá sair logo um acordo entre o governo e os bancos credores. "Isso é um minueto, onde tudo é combinado, ninguém faz uma coisa dessas (antecipar o pagamento dos juros) se não estiver combinado". Ele também defendeu a volta do país ao FMI.

O deputado Fernando Santana (PCB-BA) contestou da tribuna do Congresso constituinte as notícias de que o depósito de US\$ 350 milhões representava 37% dos juros externos devidos em janeiro no total de US\$ 930 milhões. Pelas suas contas essa parcela chegaria a US\$ 945,9 milhões. Ele disse ainda que o Brasil não deveria estar fazendo um acordo de médio prazo para a dívida, mas sim de longo prazo, que "envolvesse os próximos 30 a 40 anos".